

AZEVEDO& TRAVASSOS®

Demonstrações Financeiras

2024

AZEVEDO & TRAVASSOS S/A

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	**3**
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**12**
Balanços patrimoniais	**18**
Demonstrações do resultado	**19**
Demonstrações do resultado abrangente	**20**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**21**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**22**
Demonstrações do valor adicionado	**23**
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	**24**

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Mensagem da Diretoria

A Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia" ou "ATSA") é uma holding de construção, serviços de engenharia e projetos de infraestrutura com presença em todo o território nacional. Fundada em 1922 pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco Travassos, a Companhia sempre desempenhou um papel de protagonismo no mercado brasileiro de infraestrutura e construção, tendo sido pioneira em diversos projetos e áreas de atuação. A partir de dezembro/2019, a Companhia realizou um bem-sucedido processo de "turn around", ao longo do qual a companhia conseguiu reestruturar seu passivo tributário, trabalhista e cível, ampliou sua atividade operacional, construiu um backlog sólido focado nos investimentos em infraestrutura financiados pelo setor privado, adquiriu a Heftos Óleo e Gás Construções S.A., dentre outros marcos operacionais de maior envergadura, que serão tratados em detalhes abaixo. Ao longo do exercício de 2022 e início de 2023 a Companhia preparou e iniciou a execução de seu planejamento estratégico para voltar a operar ativos de produção de petróleo, atividade que ensejou seu IPO na década de 1980 e que agora foi concluída com a cisão dessa atividade em novo IPO.

Em AGE realizada em 18/10/1024 os acionistas da Companhia aprovaram a cisão da subsidiária Azevedo e Travassos Energia S/A (ATE), juntamente com suas subsidiárias ATP e Phoenix, listando-as como uma única companhia, independente da ATSA, no mercado de capitais brasileiro. Na mesma AGE foi aprovada a incorporação das empresas, MKS Soluções Integradas S.A (MKS) por R$ 675.547 mil e Congem Investimentos S.A. (Congem) por R$ 75.453 mil, totalizando o valor de R$ 751.000 mil.

Essas transações de grande envergadura demonstram a postura sempre pioneira dos dirigentes da Companhia, a fim de acompanhar os ciclos da economia do País, a qual exige um planejamento estratégico aliado intimamente a uma segurança do ciclo financeiro.

Tudo o que foi construído só foi possível pelo esforço, a capacidade e o comprometimento de centenas de pessoas, que, imbuídas de espírito colaborativo e trabalhando em prol de um objetivo comum, são capazes de gerar riqueza para a sociedade. Por fim, estamos confiantes que o Grupo Azevedo & Travassos seguirá adiante rumo a um futuro promissor, superando desafios, incrementando novas áreas de operação e, nesse processo, gerando valor para a sociedade e para nossos acionistas e investidores.

A criação de novas áreas de atuação está em pleno desenvolvimento, o que projeta um crescimento sustentável a ponto de possibilitar a tornar-se uma importante referência de atuação em todos os setores do mercado em que atua.

2. Heftos Óleo e Gás S/A

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore.

A Azevedo & Travassos S.A. concluiu o processo de integração da Heftos desde sua aquisição em dezembro de 2021. Desenvolveu novos processos e políticas corporativas, implantou integralmente o sistema ERP Protheus, que permitiu uma efetiva racionalização dos seus custos e uma uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional compatível com as demais subsidiárias do Grupo.

Após a conclusão do processo de integração da Heftos ao ambiente corporativo da Azevedo & Travassos S/A a Heftos retomou o crescimento de seu pipeline, que atualmente é de cerca de R$ 12 bilhões. Além do crescimento orgânico do seu pipeline, a Heftos viu surgir excelente oportunidade de ampliação de seu portfólio com o recente anúncio da Petrobras sobre o início de seu programa de descomissionamento de plataformas de petróleo, cujo valor de investimento é previsto em cerca de US$ 9,8 bilhões e o início dos processos de licitações para o término das instalações remanescentes da RNEST e do antigo COMPERJ, hoje denominado Polo de Boaventura, cujo valor de investimento para o conjunto destas oportunidades alcança o montante de R$ 11 bilhões, onde a Heftos conseguiu sua pré qualificação para execução de grandes projetos EPC.

A Heftos tem acompanhado de perto o desenvolvimento dessas oportunidades, internamente, por meio da melhoria de seus controles, fortalecimento de sua estrutura de capital e o reforço de seu quadro de colaboradores, e externamente, por meio da formalização de parcerias estratégicas com empresas de engenharia e prestadores de serviços especializados e fornecedores de equipamentos, visando a integração de soluções completas para a execução destes projetos.

3. Azevedo e Travassos Petróleo S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de junho de 2023, decidiu incorporar a Azevedo & Travassos Petróleo S/A(“ATP”), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa nacional de capital privado a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo & Travassos S.A.(ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrobras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar esse projeto a ATSA realizou seu IPO em 1984.

Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária, integral ATP (Azevedo & Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Azevedo e Travassos S.A está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado.

A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP. Além disso, a Azevedo & Travassos S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão.

Desde sua incorporação a Azevedo & Travassos Petróleo S/A iniciou estudos e análises de diversos ativos produtores de óleo & gás, tendo assinado memorandos de entendimento com os controladores dos referidos ativos de produção, visando a aquisição de campos de produção de petróleo, de participação acionaria nas empresas controladoras dos referidos campos de produção, ou ainda na formalização de parcerias comerciais buscando o incremento de produção dos poços de petróleo.

Em 17 de junho de 2024, a Azevedo & Travassos Petróleo S/A, assinou contrato de aquisição da totalidade das ações da Phoenix Óleo e Gás Natural Ltda, que possui contratos de concessão assinados com a ANP e que compreendem os seguintes blocos e campos (“Polo Periquito”): i) Bloco Exploratório POT-T-565, ii) Bloco Exploratório POT-T-610; iii) Campo de Periquito, iv) Campo de Periquito Norte, v) Campo de Periquito Nordeste; vi) Campo de Concriz; e vii) Campo de Rio do Carmo. A aquisição do Polo Periquito faz parte do plano da Companhia de retomada da exploração de óleo e gás.

A ATP iniciou sua gestão na empresa Concessionária Phoenix em julho/24, prevendo um crescimento orgânico da produção desses ativos para cerca de 1.000 boe/d em até 1 ano, após a conclusão exitosa dos investimentos previstos. Além disso, estima-se que o crescimento inorgânico da Companhia, por meio de realização de mais aquisições de ativos ou parcerias, deva ser o principal fator de incremento de faturamento da ATP para os próximos 24 meses.

4. Cenário atual

Durante o ano de 2024 a Azevedo & Travassos S/A, repensou seu modelo de atuação dentro desse mercado, e, aliado à incorporação das empresas MKS e Congem, logrou renovar com sucesso o seu backlog, provando novamente a tese de crescimento de oportunidades de obras privadas e públicas de infraestrutura no país.

No setor de Óleo e Gás (O&G) as diversas Companhias privadas com ativos no País estão demandando serviços de manutenção e ampliação de instalações de produção e transporte de óleo e gás. Situação similar está ocorrendo no setor de Construção Pesada, onde Companhias estão realizando substanciais investimentos em suas Concessões nas áreas de estradas, mobilidade urbana, aeroportos, saneamento básico e mineração. Assim, A&T-Infraestrutura e Heftos vêm apresentando propostas técnicas e comerciais para diversos empreendimentos atendendo as solicitações das principais empresas que atuam no Brasil nos setores citados.

Nos últimos doze meses conseguimos ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas deste ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs").

5. Backlog, do Pipeline e Receita Anual

Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto a importantes empresas do setor de saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. O pipeline atual é de aproximadamente R$ 28 bilhões, enquanto o backlog no fim deste trimestre se encontra na faixa de R$ 745 milhões.

6. Desempenho Econômico e Financeiro – (31/12/24)

6.1. Receita

A Receita Bruta Consolidada em 31 de dezembro 2024 atingiu o patamar de R$ 165.118 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor obtido foi de R$ 474.939 mil.

6.2. Resultado

O Resultado Consolidado em 31 de dezembro de 2024 correspondeu a um prejuízo de R$ 266.491 mil, contra um prejuízo de R$ 50.805 mil ocorrido no mesmo período em 2023.

A Companhia reportou um prejuízo operacional de R$ 17.983 mil na subsidiária ATI e um prejuízo operacional de R$ 42.229 mil na subsidiária Heftos. A subsidiária ATENERGIA reportou prejuízo operacional de R$ 57.172 mil, sendo certo que a mesma ainda não logrou retomar as atividades em todos os campos produtores de petróleo, o que está previsto para acontecer em meados de 2025.

O prejuízo apurado no exercício de 2024 se deu principalmente por conta do reconhecimento de perdas relativas a eventos não recorrentes, tais como: (a) perda com baixa de ativos imobilizados não operacionais durante a aquisição da Phoenix pela ATP no valor de R$ 55.275 mil; (b) perdas com alienação de terrenos R$ 10.758;

(c) provisões e despesas com processos judiciais R$ 70.623 e (d) inclusão e atualização do saldo de acordos trabalhistas R$ 34.623.

6.3. Endividamento'

a) Companhia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um endividamento bancário de R$ 58.928 mil com vencimentos diversos (contra R$ 7.987 mil em 31 de dezembro de 2023).

As despesas financeiras líquidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 alcançaram a cifra de R$ 42.683 mil (R$ 8.784 em 31 de dezembro de 2023).

b) Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024, no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R$ 72.478 mil (R$ 37.667 em 31 de dezembro de 2023).

As despesas financeiras líquidas no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 alcançaram a cifra de R$ 85.424 mil (R$ 40.490 mil em 31 de dezembro de 2023).

6.4. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital social da Companhia é de R$ 651.194 mil (R$ 565.442 mil em 31 de dezembro de 2023).

6.5. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R$ 136.381 mil (R$ 317.120 mil em 31 de dezembro de 2023).

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**294.516**	**(197.517)**	**96.999**
Aumento de capital social	270.926	-	270.926
Prejuizo do exercício	-	(50.805)	(50.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**565.442**	**(248.322)**	**317.120**
Aumento de capital social	85.752	-	85.752
Prejuízo do período	-	(266.491)	(266.491)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**651.194**	**(514.813)**	**136.381**

7. Informação por Segmento

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios.

O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado 31/12/2024					
	Infraestrutura	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Ativo						
Ativo Circulante	263.982	280	176.891	24.828	(339.923)	126.058
Outros Ativos Não Circulantes	10.870	26.341	86.544	355.697	(276.009)	203.443
Investimentos	28.000	-	-	661.932	(661.932)	28.000
Imobilizado e Intangível	3.243	165.641	128.418	33.430	-	330.732
Total do ativo	**306.095**	**192.262**	**391.853**	**1.075.887**	**(1.277.864)**	**688.233**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado 31/12/2024					
	Infraestrutura	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Passivo						
Passivo circulante	117.024	9.518	94.836	432.404	(339.926)	313.856
Passivo não circulante	24.535	28.110	125.355	336.008	(276.012)	237.996
Patrimônio Líquido	185.273	193.289	217.259	620.045	(812.994)	402.872
Total do passivo	**326.832**	**230.917**	**437.450**	**1.388.457**	**(1.428.932)**	**954.724**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado 31/12/2024					
	Infraestrutura	**Petróleo**	**Óleo e Gás**	**Investimentos**	**Eliminação**	**Consolidado**
Receita	141.986	2.198	7.478	156	-	151.818
Custo	(139.079)	(1.486)	(8.672)	(32)	-	(149.269)
Despesas gerais e administrativas	(15.184)	(3.496)	(31.900)	(33.803)	(3)	(84.386)
Amortização do intangível	-	(3.528)	(15.731)	(15.012)	-	(34.271)
Honorarios dos Administradores	-	(26)	-	(2.953)	1	(2.978)
Outras receitas e (despesas) operaciona	(5.709)	(50.838)	6.597	(95.205)	5	(145.150)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(151.064)	151.064	-
Resultado financeiro	(12.631)	(392)	(26.858)	(43.160)	-	(83.041)
Imposto de renda e contribuição social	9.880	18.913	23.489	28.503	1	80.786
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(20.737)**	**(38.655)**	**(45.597)**	**(312.570)**	**151.068**	**(266.491)**

A) Ativos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Ativo						
Ativo Circulante	236.155	72	214.917	24.911	(319.419)	156.636
Outros Ativos Não Circulantes	3.881	380	55.628	247.640	(190.937)	116.592
Investimentos	69.410	-	-	630.493	(630.493)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.972	185.381	143.325	51.161	-	381.839
Total do ativo	**311.418**	**185.833**	**413.870**	**954.205**	**(1.140.849)**	**724.477**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Passivo						
Passivo circulante	101.000	21	174.070	224.630	- 181.706	318.015
Passivo não circulante	26.632	185.806	13.943	183.816	(320.855)	89.342
Patrimônio Líquido	181.237	100	268.813	613.031	(695.256)	367.925
Total do passivo	**308.869**	**185.927**	**456.826**	**1.021.477**	**(1.197.817)**	**775.282**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado 31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Receita	267.721	-	161.922	176	-	429.819
Custo	(237.888)	(2)	(149.833)	-	-	(387.723)
Despesas gerais e administrativas	(28.886)	(92)	(42.863)	(33.285)	-	(105.126)
Amortização do intangível	-	-	(15.733)	(15.012)	-	(30.745)
Honorarios dos Administradores	-	-	-	(3.041)	-	(3.041)
Outras receitas e (despesas) operaciona	12.307	-	1.951	(7.625)	1	6.632
Equivalência patrimonial	-	-	-	(56.967)	56.967	-
Resultado financeiro	(9.925)	-	(20.529)	(8.878)	-	(39.331)
Imposto de renda e contribuição social	(780)	-	22.129	57.360	-	78.709
Lucro / prejuízo líquido do exercício	**2.549**	**(94)**	**(42.956)**	**(67.272)**	**56.968**	**(50.805)**

8. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa.

No âmbito da Qualidade, a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda (A&T Infra) e a Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (Heftos), subsidiárias integrais da Companhia, são certificadas na Gestão da Qualidade em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 9001:2015.

No âmbito do Meio Ambiente são certificadas na Gestão Ambiental em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 14001:2015.

No âmbito de Segurança e Saúde no Trabalho são certificadas na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a ISO 45001:2018.

Assim, ambas as empresas operacionais do Grupo ATSA têm os seus processos de gestão certificados, garantindo assim os níveis de excelência na execução dos serviços para atendimento de seus Clientes.

9. Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos S/A está disponível para leitura no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br).

De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas, o Grupo Azevedo & Travassos, com mais de 100 anos de existência, se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros.

Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores.

A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros.

Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais: Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado, Tradição e Evolução são fundamentais para atingimos um crescimento responsável e sustentável.

10. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa TATICCA Auditores Independentes S.S não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações financeiras.

11. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas na Revisão dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2024.

São Paulo, 31 de março de 2025.

Gabriel Freire
Diretor Presidente

Augusto Melo Rosas
Diretor Executivo

Bernardo Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

TATICCA
Audit / Tax / Corporate Finance / Advisory

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Azevedo & Travassos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo e Travassos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo e Travassos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1 – Passivos tributários

De acordo com a Nota Explicativa 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia a e suas controladas possuem passivos tributários, principalmente relacionados a parcelamentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem registrado a título de obrigações tributárias os valores de R$ 23.137mil e R$ 205.039 mil na controlada e consolidado respectivamente.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitam a:

- Envolvimento dos nossos especialistas da área tributária para análise do acordo e parcelamentos existentes.
- Análise dos parcelamentos de acordo com o fluxo de pagamentos, adimplência e segregação entre curto e longo prazo.
- Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, entendemos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2 – Combinação de negócios – Investimentos em controlada indireta

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos a contabilização de combinações de negócios realizadas pela Companhia durante o exercício de 2024, em sua controlada indireta Azevedo & Travassos Petróleo S.A. Esse processo incluiu a análise do reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e do ágio (goodwill), conforme as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitam a:

- A obtenção e revisão de documentação relevante, como contratos de aquisição e acordos de compra, para confirmar a natureza e os termos da transação, assegurando que ela atende aos critérios de combinação de negócios.
- A análise dos critérios de alocação do preço de compra, incluindo a verificação dos valores justos atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Testamos as premissas e metodologias utilizadas, inclusive mediante conferência dos laudos de avaliação emitidos por especialistas independentes.
- A revisão dos cálculos do ágio (goodwill), bem como de qualquer ganho por compra vantajosa, validando a exatidão e a adequação das premissas utilizadas pela administração.
- A realização de procedimentos específicos para verificar o reconhecimento de passivos contingentes e outros ajustes de aquisição, que incluem a avaliação de premissas de mensuração e divulgação, garantindo a conformidade com o CPC 15 e a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

- A análise das divulgações nas notas explicativas das demonstrações financeiras, com o objetivo de assegurar que as informações sobre a combinação de negócios foram apresentadas de forma clara, completa e em conformidade com os requisitos normativos aplicáveis.

Com base em nossos procedimentos, concluímos que a contabilização da combinação de negócios foi realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade aplicáveis. Além disso, verificamos que as informações foram divulgadas adequadamente nas demonstrações financeiras, proporcionando uma representação justa e razoável das transações.

3 – Ativos Intangíveis no segmento de petróleo e gás em controlada indireta

No setor de petróleo e gás, a contabilização de ativos intangíveis, especialmente os relacionados a direitos de concessão e licenças de exploração, envolve considerações significativas devido à complexidade e aos julgamentos necessários para mensurar e classificar esses ativos. Em 2024, a Companhia por meio de sua controlada indireta Azevedo e Travassos Petróleo S.A., adquiriu um investimento (Phoenix Óleo e Gás Ltda.), do setor por meio de uma combinação de negócios, com os ativos intangíveis registrados a valor justo com base no valor de aquisição, de acordo com os requisitos do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.

Em razão da proximidade da data da aquisição, a Companhia não realizou testes de recuperabilidade *(impairment*) para esses ativos intangíveis, pois o valor justo foi definido recentemente na transação de combinação de negócios. Essa condição particular traz uma complexidade adicional à auditoria, destacando a importância da adequada alocação do valor de aquisição e da transparência nas divulgações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitam a:

- *Revisão de Contratos de Concessão e Licenças*: Obtivemos e analisamos os contratos e licenças adquiridos para confirmar que os critérios de reconhecimento como ativos intangíveis foram cumpridos, conforme previsto no CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, e para assegurar que esses direitos foram contabilizados de maneira apropriada.
- *Validação do Valor Justo na Data da Aquisição*: Examinamos o processo pelo qual o valor justo dos ativos intangíveis foi estabelecido, incluindo uma análise das premissas e métodos utilizados pela administração para atribuir o valor de aquisição. Comparamos essas premissas com dados de mercado e com práticas do setor de petróleo e gás, de modo a verificar a adequação e a razoabilidade dos valores atribuídos.
- *Análise da Vida Útil e Critérios de Amortização*: Avaliamos as vidas úteis determinadas para os ativos intangíveis e os métodos de amortização aplicados, considerando as especificidades dos contratos de concessão e licenças.
- *Verificação das Divulgações nas Notas Explicativas*: Analisamos as notas explicativas para garantir que a Companhia apresentou informações detalhadas e transparentes sobre os ativos intangíveis adquiridos, incluindo a explicação do reconhecimento inicial a valor justo com base no valor de aquisição e a justificativa para a ausência de testes de *impairment,* dada a recente combinação de negócios. Essas divulgações foram avaliadas quanto à clareza e à adequação, para assegurar que os usuários das demonstrações financeiras têm uma visão completa dos principais aspectos relacionados aos ativos intangíveis.

Com base nos procedimentos executados, concluímos que a Companhia aplicou as normas contábeis de forma apropriada para o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis no contexto da combinação de negócios e que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras proporcionam uma visão clara e justa dos aspectos mais relevantes relacionados a esses ativos.

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

4 – Ativo diferido fiscal

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia a suas controladas possuem um ativo diferido fiscal total no valor de R$ 79.687 mil e R$ 190.548 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, com base nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros, análises por nossos especialistas tributários sobre a apuração dos tributos diferidos, em atenção as inclusões e exclusões da base de cálculo, para o exercício de 2024, e a análise do fluxo de caixa futuro sobre a expectativa lucros tributáveis futuros, conforme CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia, para a determinação do valor do ativo diferido fiscal são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria independente sem modificação, datado em 23 de abril de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

www.taticca.com.br
R. Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, 5º andar
Brooklin Novo - São Paulo - SP - CEP: 04571-020
Fone: +55 11 3062-3000

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

ADERBAL ALFONSO HOPPE:54156025004

Assinado de forma digital por ADERBAL ALFONSO HOPPE:54156025004
Dados: 2025.03.31 08:34:55 -03'00'

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 .
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151	2.090
Clientes	7	23.372	23.373	66.817	79.462
Estoques	8	-	-	16.357	18.695
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311	5.615
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	3.643	1.453
Impostos a recuperar	11	2	8	16.091	31.584
Despesas antecipadas		367	552	868	2.201
Outras contas a receber	12	-	110	17.820	15.536
		24.022	**24.106**	**126.058**	**156.636**
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548	114.313
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.895	2.279
		131.953	**245.772**	**203.443**	**116.592**
Investimentos	13	490.270	401.770	-	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000	69.410
Imobilizado	15	3.509	6.225	69.853	242.630
Intangível	16	29.920	44.936	260.879	139.209
		523.699	**452.931**	**358.732**	**451.249**
Total do ativo		**679.674**	**722.809**	**688.233**	**724.477**
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	18	6.486	3.519	88.557	73.739
Empréstimos e financiamentos	19	58.928	2.099	69.810	29.315
Arrendamento por direito de uso	20	713	501	5.551	501
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	32.704	28.344	60.802	72.420
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	22.a	2.144	2.136	2.144	2.136
Obrigações tributárias – outros impostos	22.b	4.416	4.489	74.674	132.702
Outras contas a pagar	23	202.514	182.353	12.318	7.202
		307.905	**223.441**	**313.856**	**318.015**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	5.888	2.668	8.352
Arrendamento por direito de uso	20	509	935	31.417	935
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	23.824	16.860	23.826	16.860
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	22.a	6.193	6.425	6.193	6.425
Obrigações tributárias – outros impostos	22.b	10.384	3.851	122.028	24.214
Provisão para contingências	25	17.148	2.781	23.696	6.416
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	-	-	1.487	6.095
Outras contas a pagar	23	177.330	145.508	26.681	20.045
		235.388	**182.248**	**237.996**	**89.342**
Total do passivo		**543.293**	**405.689**	**551.852**	**407.357**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		651.194	565.442	651.194	565.442
Prejuízos acumulados		(514.813)	(248.322)	(514.813)	(248.322)
		136.381	**317.120**	**136.381**	**317.120**
Total do passivo e patrimônio líquido		**679.674**	**722.809**	**688.233**	**724.477**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receita de venda e serviços prestados, líquida	26	156	176	151.818	429.819
Custos na venda de produtos e serviços prestados	27	(32)	-	(149.269)	(387.723)
Lucro bruto do exercício		**124**	**176**	**2.549**	**42.096**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(33.804)	(33.281)	(84.386)	(105.126)
Amortização do intangível	27	(15.012)	(15.012)	(34.271)	(30.745)
Honorários dos administradores	27	(2.953)	(3.041)	(2.978)	(3.041)
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	(95.205)	(7.625)	(145.150)	6.632
Equivalência patrimonial	13	(105.467)	(40.689)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		**(252.317)**	**(99.472)**	**(264.236)**	**(90.183)**
Receitas financeiras	28	5	91	2.383	1.159
Despesas financeiras	28	(42.683)	(8.784)	(85.424)	(40.490)
Resultado Financeiro		**(42.678)**	**(8.693)**	**(83.041)**	**(39.331)**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(294.995)**	**(108.165)**	**(347.277)**	**(129.514)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	-	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	28.504	57.360	80.844	78.709
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(266.491)**	**(50.805)**	**(266.491)**	**(50.805)**
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(266.491)	(50.805)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R$		(1,35)	(0,30)	(1,35)	(0,30)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro (Prejuízo) do exercício	(266.491)	(50.805)	(266.491)	(50.805)
Total do resultado abrangente do exercício	**(266.491)**	**(50.805)**	**(266.491)**	**(50.805)**
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(266.491)	(50.805)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**294.516**	**(197.517)**	**96.999**
Aumento de capital social	270.926	-	270.926
Prejuizo do exercício	-	(50.805)	(50.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**565.442**	**(248.322)**	**317.120**
Aumento de capital social	85.752	-	85.752
Prejuizo do exercício	-	(266.491)	(266.491)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**651.194**	**(514.813)**	**136.381**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(294.995)	(108.165)	(347.277)	(129.514)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	16.305	16.359	39.689	36.960
Efeito líquido da baixa de imobilizado	9.084	284	66.033	(7.967)
Baixa Arrendamento por direito de uso	-	(239)	-	(21.768)
Resultado de equivalência patrimonial	105.467	40.689	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.626	(901)	3.932	(1.312)
Provisão para obrigações legais	14.367	(2.124)	17.280	1.511
Contas a Pagar (UTC)	(6.067)	(32.103)	(6.067)	(32.103)
Avaliação de valor justo	(163)	-	(4.652)	(16.213)
Propriedades para Investimentos	-	-	-	24.410
	(154.376)	(86.200)	(231.062)	(145.996)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	1	(23.327)	12.645	10.219
Estoques	-	-	2.338	6.215
Estoques de imóveis	-	-	4.304	12.686
Impostos a recuperar e outros créditos	143.591	(165.519)	8.578	(17.611)
Adiantamento a fornecedores	37	(5)	(2.190)	735
Aumento de Capital com a Investida	-	(225.404)	-	-
	143.629	(414.255)	25.675	12.244
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	2.967	(1.570)	14.818	33.895
Arrendamento por direito de uso	(214)	(798)	35.532	(798)
Salários, provisão férias e encargos sociais	11.324	10.854	(4.652)	14.468
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	5.432	(37.403)	39.504	42.543
Outras contas a pagar	58.050	273.266	17.820	(45.857)
	77.559	244.348	103.022	44.251
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**66.812**	**(256.107)**	**(102.365)**	**(89.501)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(201.624)	-	(13.205)	(186.447)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(201.624)**	**-**	**(13.205)**	**(186.447)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	49.315	(15.168)	30.879	(4.559)
Aumento de capital social	85.752	270.926	85.752	270.926
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**135.067**	**255.758**	**116.631**	**266.367**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**255**	**(349)**	**1.061**	**(9.581)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24	373	2.090	11.671
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	279	24	3.151	2.090
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**255**	**(349)**	**1.061**	**(9.581)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	183	194	165.118	474.939
	183	**194**	**165.118**	**474.939**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 -Custo venda de produtos e serviços.	(43.283)	(59.803)	(83.782)	(129.632)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.942)	47.598	(196.753)	(93.093)
	(110.225)	**(12.205)**	**(280.535)**	**(222.725)**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**(110.042)**	**(12.011)**	**(115.417)**	**252.214**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(16.305)	(16.359)	(39.689)	(36.960)
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	**(126.347)**	**(28.370)**	**(155.106)**	**215.254**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(105.467)	(40.689)	-	-
6.2 - Receitas financeiras	5	91	2.383	1.159
6.3 - Avaliação valor justo / desagio	163	-	4.652	16.213
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**(231.646)**	**(68.968)**	**(148.071)**	**232.626**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	20.689	20.420	97.215	266.229
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	(20.293)	(56.340)	(47.332)	(23.558)
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	34.449	17.757	68.538	40.760
8.4 - Lucro (Prejuízo) do exercício	(266.491)	(50.805)	(266.492)	(50.805)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**(231.646)**	**(68.968)**	**(148.071)**	**232.626**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, n° 1.050, São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo".

A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST") tem como atividades principais a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, sendo acionista única da empresa Heftos

A Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATENERGIA") tem como atividades principais tem como principais atividades a participação em outras sociedades, congêneres ou não, em qualquer modalidade e planejamento e execução de projetos e obras de engenharia civil em geral, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei.

A HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") tem como atividades principais a execução de projetos de Construção e Montagem, retrofit de poços de petróleo, Integração (Hook-up), Gestão de Ativos e construção de formas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore e seu descomissionamento.

A Azevedo & Travassos Petróleo S/A ("ATP") tem como principais atividades a exploração e produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, incluindo, as bacias sedimentares brasileiras as quais a ANP (Agência Nacional de Petróleo) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda ("Phoenix") tem como principais atividade a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, que inclui os Campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; e (v) Rio do Carmo, denominada "Campos". E detentora dos direitos de concessão dos Blocos (vi) POT-T565 e (vii) POT-T610, denominado "Blocos".

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN).

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 incluem as seguintes empresas: ATSA, ATINFRA, ATENERGIA, HEFTOS, INFRAINVEST, ATP e PHOENIX.

	31/12/2024		31/12/2023	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.(ATINFRA)	100	Direto	100	Direto
Infrainvest ADM e Investimentos Ltda.(INFRAINVEST)	100	Direto	100	Direto
Azevedo & Travassos Energia S.A. (ATENERGIA)	100	Direto	-	
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS) (i)	100	Indireto	100	Indireto
Azevedo & Travassos Petróleo S/A. (ATP) (ii)	100	Indireto	100	Direto
Phoenix Óleo e Gás Ltda (PHOENIX) (iii)	100	Indireto	-	

(i) Heftos é uma controlada indireta (via Infrainvest)
(ii)ATP é uma controlada indireta (via ATENERGIA)
(iii) Phoenix é uma controlada indireta (via ATENERGIA)

1.3. Estratégia operacional

(i) Aprimorar os processos de gestão de contratos de prestação de serviços da Companhia, com o objetivo de racionalizar os custos e melhorar os resultados operacionais;

(ii) Acompanhar os indicadores de qualidade e produtividade implantados nos processos das empresas para melhoria dos controles e do acompanhamento do desempenho dos seus contratos de obra e que impactam a Gestão Financeira do Grupo;

(iii) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade para tomada de decisões e de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração, tendo em vista, o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura;

(iv) Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;

(vi) Executar as obras da Companhia e de suas subsidiárias que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas;

(vi) Consolidar o crescimento consistente do seu backlog de obras, com ênfase

nas áreas tradicionais de atuação no setor privado;

(vii) Manter a gestão eficaz para cumprimento do PPLE. Deve-se esclarecer que o termo PPLE significa Plano Prévio de Liquidação de Execuções e representa um acordo de pagamento do passivo trabalhista da Companhia.

(viii) Otimizar a estrutura societária da Companhia visando destravar valor de créditos tributários da subsidiária Heftos, permitindo o crescimento da atividade de prestação de serviços recorrentes no setor de óleo e gás.

(ix) Obter a aprovação pela B3 da listagem e admissão à negociação no segmento básico da B3 das ações de emissão da Azevedo & Travassos Energia S.A (AZTE), viabilizando a implementação da (i) cisão parcial da Azevedo & Travassos S.A. (AZEV), com incorporação da respectiva parcela cindida pela AZTE, bem como da subsequente (ii) incorporação, pela AZEV, da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A. e da Congem Investimentos S.A., Operações essas aprovadas, nas assembleias gerais de acionistas da AZTE, realizada, em 27 de setembro de 2024, e da AZEV, realizada em 18 de outubro de 2024.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem. as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A autorização para a emissão destas informações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2025.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”) e de suas controladas diretas e indiretas, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“ATINFRA”), Azevedo & Travassos Energia S.A. (“ATENERGIA”), Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. (“INFRAINVEST”), HEFTOS Óleo e Gás S.A (“HEFTOS”), Azevedo e Travassos Petróleo S/A. (“ATP”) e Phoenix Óleo e Gás Ltda (PHOENIX).

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional").
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas

demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No

reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo

financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias, terrenos e petróleo

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.
Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás adquiridos com a compra da Phoenix são amortizados pelo método linear baseado no prazo do direito de exploração e na vida útil estimada dos poços.

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos

aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.15. Reconhecimento da receita

3.15.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um

contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato.

O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.15.2 Vendas de óleo, gás e derivados

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.
A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

(i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
(ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
(iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
(iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e
(v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

É reconhecida suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente.

3.16. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os

arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os

pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.17. Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.18. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.19. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.20. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das informações contábeis.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 25. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.2. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4.3. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.6. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, a Companhia não é elegível pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.
O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2	3	52	84
Banco conta movimento	21	21	1.186	841
Aplicações financeiras	256	-	1.913	1.165
	279	**24**	**3.151**	**2.090**

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs.

São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações, venda de mercadorias e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber faturado	4.764	4.765	11.673	12.727
Contas a receber a faturar	56.705	56.705	96.779	104.832
	61.469	**61.470**	**108.452**	**117.559**
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(3.538)	-
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	(38.097)	(38.097)	(38.097)
Saldo de clientes líquido	**23.372**	**23.373**	**66.817**	**79.462**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não existe a necessidade de constituição de saldo adicional de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	**23.372**	**56.721**	**68.747**	**104.604**
01 a 60 dias	-	4.749	-	5.164
61 a 180 dias	-	-	-	6.171
Acima de 180 dias	38.097	-	39.705	1.620
Vencidas	**38.097**	**4.749**	**39.705**	**12.955**
	61.469	**61.470**	**108.452**	**117.559**
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(3.538)	-
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	(38.097)	(38.097)	(38.097)
Saldo de clientes líquido	**23.372**	**23.373**	**66.817**	**79.462**

8. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Material de construção e peças de manutenção	10.130	12.160
Material de revenda	6.130	6.535
Petróleo Bruto	97	-
	16.357	**18.695**

9. Estoque de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	1.311	5.615
	1.311	**5.615**

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

		Consolidado	
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	M^2	31/12/2024	31/12/2023
Lote 3	5.465	-	3.165
Lote 5	1.348	-	1.139
Lote 6 (i)	1.536	1.311	1.311
Total	**8.349**	**1.311**	**5.615**

(i) O terreno está dado em garantia em processos judiciais e parcelamentos tributários.

Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os lotes 3 e 5, assim como outros terrenos de sua propriedade (nota 14), como parte de pagamento da dívida decorrente de processo judicial

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	2	39	3.643	1.453
	2	**39**	**3.643**	**1.453**

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	2	2	2.688	15.359
CSLL	-	-	1.417	5.530
ICMS	-	-	219	26
INSS	-	-	1.533	1.283
ISS	-	-	738	-
PIS	-	-	1.593	1.572
COFINS	-	-	7.280	7.201
Outros	-	6	623	613
	2	**8**	**16.091**	**31.584**

12. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas (Nota 17)	52.266	195.392	200	254
Depósito judicial	-	-	3.994	2.279
Conta Corrente - Consorcio	-	-	4.009	5.430
Drake Engenharia	-	-	1.966	-
Retenção contratual	-	-	13.199	9.616
Petro Victory Energia LTDA (i)	-	-	4.743	-
Outras contas a receber	-	110	2.604	236
	52.266	**195.502**	**30.715**	**17.815**
Circulante	**-**	**110**	**17.820**	**15.536**
Não circulante	**52.266**	**195.392**	**12.895**	**2.279**

(i) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.

Em 22 de junho de 2024, a Azevedo Travassos Petróleo (ATP) celebrou um contrato com a Petro Victory Energy de opção e cessão de participação que estabelece o compromisso de investimento da ATP no campo de Andorinha e o POTT 281, possuindo como contrapartida, além da opção de compra de no mínimo 50% dos poços, a garantia do recebimento de 75% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante.

O compromisso de investimento da ATP consiste nas seguintes parcelas: (i) o ressarcimento das despesas já incorridas pela Petro Victory nos poços que serão perfurados dentro dos Planos de Trabalho (incluindo revestimentos, equipamentos de superfície e subsuperfície, ferramentas, consumíveis e todas as demais despesas) diretamente incorridas na execução desses poços e devidamente comprovadas pela Petro Victory no valor máximo de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); (ii) as despesas com bens e serviços que serão necessários para a conclusão dos Planos de Trabalho do campo de Andorinha e o POTT 281 que estão em fase de elaboração de orçamento e cronograma.

13. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Azevedo & Travassos Infraestrutura	164.537	184.590
Infrainvest Administração e	171.095	217.174
Azevedo & Travassos Energia S.A.	154.638	-
Azevedo & Travassos Petróleo S/A.	-	6
Total investimento	**490.270**	**401.770**

(b) Movimentação das investidas

	Controladora					
	ATINFRA	HEFTOS	INFRAINVEST	ATENERGIA	ATP	TOTAL
Saldo final em 31/12/2022	**70.658**	**146.294**	**104**	**-**	**-**	**217.056**
Resultado de equivalência	2.549	(26.678)	(16.467)	-	(94)	(40.689)
Aumento de capital	111.383	113.921	-	-	100	225.403
Aquisição de investimento (i)	-	-	233.537	-	-	233.537
Baixa de investimento	-	(233.537)	-	-	-	(233.537)
Saldo final em 31/12/2023	**184.590**	**-**	**217.174**	**-**	**6**	**401.770**
Resultado de equivalência	(20.736)	-	(46.079)	(38.651)	-	(105.466)
Aumento de capital	1.487	-	-	-	193.118	194.605
Baixa de investimento	(804)	-	-	-	(193.124)	(193.928)
Aquisição de investimento (ii)	-	-	-	193.289	-	193.289
Saldo final em 30/12/2024	**164.537**	**-**	**171.095**	**154.638**	**-**	**490.270**

(i) Refere-se ao aporte de capital na INFRAINVEST com o investimento na HEFTOS.
(ii) refere-se ao aporte de capital na ATENERGIA com o investimento na ATP.

(c) Informações sobre as empresas investidas:

	ATINFRA		INFRAINVEST		ATENERGIA		ATP	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	0,00%	**0,00%**	100,00%
Ativo	306.097	311.418	396.211	219.932	192.262	-	-	185.833
Passivo	141.560	126.828	225.116	2.758	37.624	-	-	185.827
Patrimônio líquido	185.275	182.041	217.175	233.641	193.289	-	-	100
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(20.738)	2.549	(46.080)	(16.467)	(38.651)	-	-	(94)

14. Propriedades para investimentos Terrenos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os terrenos lote Elíseos e lote 4 registrados em estoque de terrenos para propriedades para investimentos no valor de R$ 12.686.

Movimentação

Em 30 de junho de 2023, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos a valor de mercado.

	CONSOLIDADO
Saldo final em 31/12/2022	45.000
Ajuste a valor justo	11.724
Transferência	12.686
Saldo final em 31/12/2023	**69.410**
Baixas	(41.410)
Saldo final em 31/12/2024	**28.000**

Em junho de 2024, a Companhia transferiu a propriedade dos terrenos 8A, 8B e 8C avaliados no valor de R$ 13.800 como forma de quitação de dívida junto ao Banco Money Plus (BMP).

Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os terrenos 4, 7 e Elisio, assim como outros lotes de sua propriedade, como parte de pagamento da dívida decorrente de processo judicial.

Relação dos imóveis

Item	Descrição	31/12/2024	Baixas	31/12/2023	Ajuste AVJ	Transf.	31/12/2022
1	**LOTE 1 (i)** Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó Area: 55.568,39m2 Cidade: São Paulo	28.000	-	28.000	(960)	-	28.960
2	**LOTE 4** Terreno situado na Rua Hortolância, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 4.343,33 m² Cidade: São Paulo	-	(4.350)	4.350	1.499	2.851	-
3	**LOTE 7** Endereço:Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó Area: 18.144,65m2 Cidade: São Paulo	-	(9.800)	9.800	1.000	-	8.800
4	**LOTE 8 A** Endereço:Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Area: 6.697,14m² Cidade: São Paulo	-	(6.000)	6.000	2.623	-	3.330
5	**LOTE 8 B** Endereço:Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4° Subdistrito – Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m² Cidade: São Paulo	-	(2.400)	2.400	1.192	-	1.180
6	**LOTE 8 C** Endereço:Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó Area: 5.629,50m2 Cidade: São Paulo	-	(5.400)	5.400	2.745	-	2.730
7	**LOTE ELISIO** Terreno situado na Av. Elisio Teixeira Leite, antiga Estrada que vem da Parada, também conhecida como Estrada da Rodagem Municipal que vai pra Taipas, ou Estrada que vai pro Morro Grande ou Estrada do Morro Grande, no 31° Subdistrito - Pirituba e no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. Area: 22.999,08 m² Cidade: São Paulo	-	(13.460)	13.460	3.625	9.835	-
	TOTAL	**28.000**	**(41.410)**	**69.410**	**11.724**	**12.686**	**45.000**

(i) O lote 1 encontra-se arrolado em garantia das ações trabalhistas do PPLE (Plano Prévio de Liquidação de Execuções).

15. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

							Controladora
Descrição	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em Prop. Terceiros**	**Direitos de uso arrendamentos**	**Total**
Custo:							
Saldo em 31/12/2022	**5.547**	**500**	**424**	**264**	**243**	**2.241**	**9.219**
Saldo em 31/12/2023	**5.547**	**500**	**424**	**264**	**243**	**2.241**	**9.219**
Transferência	-	-	11	-	-	-	11
Baixa	(1.961)	-	-	-	-	-	(1.961)
Saldo em 31/12/2024	**(1.961)**	**500**	**435**	**264**	**243**	**2.241**	**7.269**
Depreciação acumulada:							
Vida útil (anos)	**10**	**5**	**10**	**5**	**25**	**5**	**Total**
Saldo em 31/12/2022	**(837)**	**(125)**	**(67)**	**(64)**	**(40)**	**(523)**	**(1.656)**
Despesa de depreciação no exercício	(638)	(125)	(41)	(31)	(55)	(448)	(1.338)
Saldo em 31/12/2023	**(1.475)**	**(250)**	**(108)**	**(95)**	**(95)**	**(971)**	**(2.994)**
Despesa de depreciação no exercício	(590)	(125)	(42)	(30)	(54)	(448)	(1.289)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	523	-	-	-	-	-	523
Saldo em 31/12/2024	**(1.542)**	**(375)**	**(150)**	**(125)**	**(149)**	**(1.419)**	**(3.760)**
Imobilizado líquido em 31/12/2023	**(1.475)**	**250**	**316**	**169**	**148**	**1.270**	**6.225**
Imobilizado líquido em 31/12/2024	**(3.503)**	**125**	**285**	**139**	**94**	**822**	**3.509**

									Consolidado
Descrição	Poços	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Terrenos (i)	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso (ii)	Total
Custo:									
Saldo em 31/12/2022	**-**	**32.065**	**513**	**978**	**34.090**	**2.126**	**243**	**23.618**	**93.633**
Adições	-	390	-	510	185.381	166	-	-	186.447
Transferencias	-	-	-	-	-	21	-	-	21
Baixas		(717)	-	(320)	-	(36)	-	(21.377)	(22.450)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**31.738**	**513**	**1.168**	**219.471**	**2.277**	**243**	**2.241**	**257.651**
Adições	17.488	1.149	106	47	-	141	-	36.369	55.300
Transferencias	-	1.065	422	-	-	-	-	-	1.487
Baixas	-	(3.527)	-	(142)	(219.471)	(46)	-	-	(223.186)
Saldo em 31/12/2024	**17.488**	**30.425**	**1.041**	**1.073**	**-**	**2.372**	**243**	**38.610**	**91.252**
Depreciação acumulada:									
Vida útil (anos)	**15 a 27**	**10**	**5**	**10**	**-**	**5**	**25**	**5 a 15**	
Saldo em 31/12/2022	**-**	**(9.437)**	**(133)**	**(176)**	**-**	**(415)**	**(41)**	**(3.457)**	**(13.659)**
Despesa de depreciação no exercício	-	(3.358)	(126)	(495)	-	(546)	(54)	(448)	(5.027)
Reversão de Impairment	-	535	-	-	-	-	-	-	535
Baixas	-	-	-	192	-	2	-	2.936	3.130
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(12.260)**	**(259)**	**(479)**	**-**	**(959)**	**(95)**	**(969)**	**(15.021)**
Despesa de depreciação no exercício	(2.600)	(3.222)	(354)	(103)	-	(423)	(54)	(923)	(7.679)
Reversão de Impairment	-	536	-	-	-	-	-	-	536
Baixas	-	543	-	146	-	76	-	-	765
Saldo em 31/12/2024	**(2.600)**	**(14.403)**	**(613)**	**(436)**	**-**	**(1.306)**	**(149)**	**(1.892)**	**(21.399)**
Imobilizado líquido em 31/12/2023	**-**	**19.478**	**254**	**689**	**219.471**	**1.318**	**148**	**1.272**	**242.630**
Imobilizado líquido em 31/12/2024	**14.888**	**16.022**	**428**	**637**	**-**	**1.066**	**94**	**36.718**	**69.853**

(i) Em junho de 2024, a ATP utilizou terrenos de sua propriedade no valor de R$ 185.381 como forma de pagamento da parcela de R$ 129.800 relativa à aquisição do investimento na Phoenix Oléo e Gás Ltda, sendo apurado um valor de perda de R$ 55.580, conforme mencionado em nota explicativa 27.
Em dezembro de 2024, a HEFTOS realizou a operação de venda do terreno no qual possui suas instalações pelo valor R$ 34.090, e realizou um contrato de arrendamento dessas instalações pelo prazo de 15 anos.

(ii) O saldo de diretos de uso teve um acréscimo de R$ 36.369 das seguintes operações: (a) arrendamento de sonda de complementação R$ 2.113, e (b) arrendamento das instalações da HEFTOS R$ 34.256.

16. Intangível

					Controladora
Descrição	**Licenças**	**Backlog**	**Marcas**	**Projetos em andamento**	**Total**
Custo:					
Saldo em 31/12/2022	**21**	**38.625**	**36.321**	**50**	**75.017**
Baixa	-	-	-	(50)	**(50)**
Saldo em 31/12/2023	**21**	**38.625**	**36.321**	**-**	**74.967**
Saldo em 31/12/2024	**21**	**38.625**	**36.321**	**-**	**74.967**
Amortização acumulada:					
Vida útil (anos)	**5**	**3**	**17**	**-**	**Total**
Saldo em 31/12/2022	**(4)**	**(12.875)**	**(2.136)**	**-**	**(15.015)**
Despesa de amortização no exercício	(4)	(12.875)	(2.137)	**-**	**(15.016)**
Saldo em 31/12/2023	**(8)**	**(25.750)**	**(4.273)**	**-**	**(30.031)**
Despesa de amortização no exercício	(4)	(12.875)	(2.137)	**-**	**(15.016)**
Saldo em 31/12/2024	**(12)**	**(38.625)**	**(6.410)**	**-**	**(45.047)**
Saldo Líquido em 31/12/2023	**13**	**12.875**	**32.048**	**-**	**44.936**
Saldo Líquido em 30/12/2024	**9**	**-**	**29.911**	**-**	**29.920**

								Consolidado
Descrição	**Licenças**	**Acervo técnico**	**Backlog**	**Marcas**	**Projetos em andamento**	**Gastos Exploratorios (i)**	**Concessão de direito (i)**	**Total**
Custo:								
Saldo em 31/12/2022	**320**	**117.775**	**38.625**	**36.321**	**50**	**-**	**-**	**193.091**
Adições	220	-	-	-	-	-	-	**220**
Baixa	(219)	-	-	-	(50)	-	-	**(269)**
Saldo em 31/12/2023	**321**	**117.775**	**38.625**	**36.321**	**-**		**-**	**193.042**
Adições	9	-	-	20	-	16.176	146.665	**162.870**
Saldo em 31/12/2024	**330**	**117.775**	**38.625**	**36.341**	**-**	**16.176**	**146.665**	**355.912**
Amortização acumulada:								
Vida útil (anos)	**5 a 10**	**10**	**3**	**17**	**-**	**15 a 27**	**15 a 27**	**Total**
Saldo em 31/12/2022	**(125)**	**(11.776)**	**(12.875)**	**(2.137)**	**-**	**-**	**-**	**(26.913)**
Despesa de amortização no exercício	(245)	(15.731)	(12.875)	(2.137)	-	-	-	**(30.988)**
Reversão de Impairment	-	3.954	-	-	-	-	-	**3.954**
Baixa	114	-	-	-	-	-	-	**114**
Saldo em 31/12/2023	**(256)**	**(23.553)**	**(25.750)**	**(4.274)**	**-**	**-**	**-**	**(53.833)**
Adições	-	-	-	-	-	-	(2.153)	**(2.153)**
Despesa de amortização no exercício	(19)	(15.731)	(12.875)	(2.136)	-	(10.865)	(1.375)	**(43.001)**
Reversão de Impairment	-	3.954	-	-	-	-	-	**3.954**
Saldo em 31/12/2024	**(275)**	**(35.330)**	**(38.625)**	**(6.410)**	**-**	**(10.865)**	**(3.528)**	**(95.033)**
Saldo Líquido em 31/12/2023	**65**	**94.222**	**12.875**	**32.047**	**-**	**-**	**-**	**139.209**
Saldo Líquido em 30/12/2024	**55**	**82.445**	**-**	**29.931**	**-**	**5.311**	**143.137**	**260.879**

(i) Em 17 de junho de 2024, a ATP adquiriu a participação de 100% das quotas da Phoenix, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás.

O valor da transação considerando ajustes e os pagamentos diferidos foi de R$ 157.628 (cento e cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil), divididos em: (i) R$ 7.500 (sete milhões e quinhentos mil reais) em moeda corrente nacional, a serem pagos em 9 parcelas até dezembro de 2026; (ii) R$ 8.833 (oito milhões oitocentos e trinta e três mil) pela assunção da integralidade dos passivos financeiros da Sociedade; (iii) R$ 129.800 (cento e vinte e nove milhões e oitocentos mil de reais) mediante permuta imobiliária e (d) R$ 11.495 (onze milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil) referente à parcela variável (earn- out) condicionada ao atingimento de metas de lucratividade pela Phoenix.

Os ativos intangíveis oriundos da aquisição da Phoenix foram registrados pelo valor contábil na aquisição e não foram objeto de avaliação anual de impairment.

Os ativos intangíveis relativos à concessão de direito no valor de R$ 146.666 são compostos por: (i) R$ 5.526 de valores de bônus de assinatura, e (ii) R$ 141.140 de mais- valia relacionada à aquisição do controle da Phoenix.

A vida útil da parcela do intangível relativo ao bônus de assinatura foi estimada em 15 a 18 anos para os campos de Periquito, Concriz e Rio do Carmo e vida útil de 25 a 27 anos para os campos de Periquito Norte e Periquito Nordeste.

A vida útil estimada e os métodos de amortização da parcela do intangível decorrente da mais-valia na aquisição da Phoenix serão revisados quando da conclusão dos estudos e alocação definitiva desses valores aos direitos de concessão. A Companhia concluirá os trabalhos de mensuração e alocação definitiva dos valores aos direitos de concessão até o final do prazo de mensuração previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15.

17.Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a receber com empresas do Grupo (nota 12)				
Infrainvest Administração E Investimentos Ltda	51.263	124	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	3.682	-	254
Heftos Oleo e Gás Construções S.A.	1.003	5.780	-	-
Azevedo e Travassos Petroléo S.A.	-	185.806	-	-
Acionistas não controladores	-	-	200	-
	52.266	**195.392**	**200**	**254**
Outros contas a pagar com acionistas e empresas do Grupo (nota 23)				
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.	(53.247)	(2.670)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	(200.367)	(180.909)	-	-
Azevedo e Travassos Petroléo S.A.	-	(380)	-	-
Heftos Oleo e Gás Construções S.A.	(123.209)	(123.209)	-	-
Acionistas controladores	-	(10.383)	-	(10.383)
Acionistas não controladores	-	(3.596)	(6.057)	(3.596)
	(376.823)	**(321.147)**	**(6.057)**	**(13.979)**
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, liquido.	**(324.557)**	**(125.755)**	**(5.857)**	**(13.725)**

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos nos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam nas demonstrações financeiras individuais R$ 2.953 (R$ 3.041 em 31 de dezembro de 2023) e nas demonstrações financeiras consolidadas R$ 2.978 (R$ 3.041 em 31 de dezembro de 2023).

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	924	158	12.685	11.128
Serviços	5.562	3.361	75.872	62.611
	6.486	**3.519**	**88.557**	**73.739**

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

19. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

					Controladora		Consolidado	
Empresa	**Tipo de Operação**	**Encargos**	**Emissao**	**Vencimentos**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
ATSA	Capital de Giro	16,08% a.a	01/12/2023	30/11/2027	-	7.987	-	7.987
ATSA	Notas Comerciais	2,00 % a 2,50 % a.m.	04/07/2024	28/02/2025	58.928	-	58.928	-
ATINFRA	Capital de Giro	10,00 % a 15,38 % a.a	02/06/2023	25/07/2024	-	-	-	21.738
ATINFRA	Notas Comerciais	2,70 % a.m	01/07/2024	15/01/2025	-	-	7.281	-
ATINFRA	Antecipaçao Recebíveis		04/07/2023	30/04/2024	-	-	-	813
INFRAINVEST	Cheque Especial	26,68 % a.a	27/06/2023	25/06/2026	-	-	2.554	2.633
HEFTOS	Conta Garantia	18,86 % a.a	01/11/2023	01/10/2026	-	-	1.425	1.576
HEFTOS	Capital de Giro	23,58 % a.a	07/12/2023	20/01/2024	-	-	-	2.920
Phoenix	Notas Comerciais	3,50%a.m	26/03/2024	16/06/2025	-	-	337	-
Phoenix	CCB	9,25% a 23,87% a.a	04/10/2021	12/09/2027	-	-	1.953	-
Total					**58.928**	**7.987**	**72.478**	**37.667**
Circulante					**58.928**	**2.099**	**69.810**	**29.315**
Não circulante					**-**	**5.888**	**2.668**	**8.352**

	Controladora		Consolidado	
Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**	**Valor Total**	**%**
2025	58.928	100,00%	65.073	88,79%
2026	-	0,00%	6.782	9,25%
2027 em Diante	-	0,00%	1.437	1,96%
	58.928	**100,00%**	**73.292**	**100,00%**

						CONSOLIDADO						
Empresa	**Banco**	**Tipo de Operação**	**Encargos**	**Data da Emissa**	**Vencimentos**	**31/12/2023**	**Captaçoes**	**Juros Incorridos**	**Repactuaçao**	**Pagamento Principal**	**Pagamento Juros**	**31/12/2024**
ATSA	RED Fundo	Capital de Giro	16,08 % a.a	01/12/2023	30/11/2027	7.987	-	-	-	(6.163)	(1.824)	-
ATSA	REAG	Notas Comerciais	2,50 % a.m.	08/04/2024	24/12/2024	-	125.202	233	-	(76.029)	(113)	49.293
ATSA	QISTA	Notas Comerciais	2,00 % a.m.	08/07/2024	28/02/2025	-	8.241	1.393	-	-	-	9.634
ATSA	QUASAR	Notas Comerciais	1,00 % a.m.	16/08/2024	26/08/2024	-	4.200	-	-	(4.200)	-	-
ATINFRA	C6	Capital de Giro	15,38% a 16,07% a.a	25/07/2023	26/11/2024	11.271	11.390	2.038	-	(22.661)	(2.038)	-
ATINFRA	TS FUNDO	Notas Comerciais	2,70 % a.m	01/07/2024	07/01/2025	-	7.283	227	-	(2.000)	(227)	5.283
ATINFRA	INVISTA III FUNDO	Notas Comerciais	2,70 % a.m	19/12/2024	15/01/2025	-	2.000	-	-	-	-	2.000
ATINFRA	Arteris Sul	Antecipaçao	-	04/07/2023	30/04/2024	813	-	-	(813)	-	-	-
ATINFRA	BMP	Capital de Giro	10,00 % a.a	02/06/2023	02/04/2024	10.467	-	-	-	(10.467)	-	-
INFRAINVEST	Itau	Cheque Especial	26,68 % a.a	27/06/2023	25/06/2026	2.633	3.169	-	-	(3.108)	(140)	2.554
HEFTOS	Santander	Conta Garantia	18,86 % a.a	01/11/2023	01/10/2026	1.576	1.791	-	-	(1.693)	(249)	1.425
HEFTOS	Guanabara	Capital de Giro	23,58 % a.a	07/12/2023	20/01/2024	2.920	-	-	-	(2.731)	(189)	-
Phoenix	Bradesco	CCB	9,25% a.a	04/10/2021	04/09/2026	-	2.573	41	-	(1.103)	(41)	1.470
Phoenix	Caixa	CCB	23,87% a.a	12/09/2023	12/09/2027	-	659	-	-	(170)	(7)	482
Phoenix	Confiança	Nota Comercial	3,50% a.m	26/03/2024	16/06/2025	-	843	-	-	(450)	(56)	337
						37.667	**167.351**	**3.932**	**(813)**	**(130.775)**	**(4.884)**	**72.478**
				Circulante		**29.315**						**69.810**
				Não circulante		**8.352**						**2.668**

20. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.234**	**23.763**
(+) Ajuste a valor presente	-	3.086
(-) Baixas	(239)	(22.113)
(-) Pagamentos	(559)	(3.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.436	1.436
(+) Adições	-	36.369
(+) Ajuste a valor presente	412	434
(-) Pagamentos	(626)	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.222	36.968
Circulante	**713**	**5.551**
Não circulante	**509**	**31.417**

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do exercício.

O saldo de arrendamento de diretos de uso teve um acréscimo de R$ 36.369 das seguintes operações: (a) arrendamento de sonda de complementação R$ 2.113, e (b) arrendamento das instalações da HEFTOS R$ 34.256.

21. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e quitações a pagar	1.286	626	7.949	13.134
Provisão para férias e 13 salário	882	837	4.324	10.175
Encargos sociais	1.617	1.905	19.610	24.136
Acordos trabalhistas (i)	52.743	41.836	52.745	41.835
	56.528	**45.204**	**84.628**	**89.280**
Circulante	**32.704**	**28.344**	**60.802**	**72.420**
Não circulante	**23.824**	**16.860**	**23.826**	**16.860**

(i) Acordos trabalhistas homologados no PPLE (Plano Prévio de Liquidação das Execuções) e acordos individuais negociados com pagamentos parcelados.

22. Obrigações tributárias – REFIS e outros impostos

a. REFIS Federal – Lei nº 9.964/2000 e demais débitos posteriores

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei n.º 9.964/2000, bem como os saldos remanescentes das transações excepcionais previdenciários e demais débitos.

Em 09 de junho de 2023, foi deferida a proposta de transação individual, da ATSA sendo conferidos na integralidade os benefícios de redução de 65% dos valores dos juros, multas e encargos legais, bem como a possibilidade de utilização do crédito de prejuízo fiscal do imposto de renda e de base de cálculo negativa da CSLL, para quitação de até 70% (setenta por cento) do saldo remanescente da dívida consolidada, conforme demonstrativo abaixo:

	Controladora
	Valor Total
Debitos incluidos na transação tributaria	14.612
Acréscimo Multa, Juros e Encargos	36.951
Total debitos atualizados	**51.563**
Redução de multa, juros e encargos	(26.315)
Utilização de prejuizo fiscal e base negativa CSLL	(16.556)
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 30/06/2023	**8.692**
Ajuste do saldo consolidado	283
Pagamentos do periodo	(414)
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/12/2023	**8.561**

Em decorrência do Programa REFIS (Lei n.º 9.964/2000) ser administrado por um Comitê Gestor, formado por integrantes da RFB, INSS e PGFN, a consolidação final do parcelamento ocorreu durante o exercício de 2024. O saldo remanescente da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado abaixo:

	Controladora
	Valor Total
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/12/2023	**8.561**
Inclusão de novos debitos	3.524
Acréscimo Multa, Juros e Encargos	9.802
Total debitos atualizados	**21.887**
Redução de multa, juros e encargos	(7.750)
Utilização de prejuizo fiscal e base negativa CSLL	(3.456)
Total do Parcelamento - Transação Tributária	**10.681**
Pagamentos do periodo	(2.344)
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/12/2024	**8.337**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	8.337	8.561	8.337	8.561
	8.337	**8.561**	**8.337**	**8.561**
Circulante	**2.144**	**2.136**	**2.144**	**2.136**
Não circulante	**6.193**	**6.425**	**6.193**	**6.425**

No âmbito da transação tributária a Companhia arrolou o terreno para assegurar a execução do novo parcelamento (Nota 9).

b. Outros impostos

Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	2.819	1.824
ISS a recolher	18	10	15.513	8.506
INSS	68	46	554	8.923
Parcelamento Municipal	5.619	-	5.619	-
Impostos retidos na fonte	1.462	2.463	5.115	26.301
PIS e COFINS a recolher	37	30	2.145	4.174
Tributos s/receitas diferidas	-	-	4.694	3.977
IRPJ e CSLL a recolher	350	350	375	350
Parcelamento tributos federais	6.605	-	158.758	95.961
PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP)	-	4.469	-	4.469
Outros e parcelamentos	641	972	1.110	2.431
	14.800	**8.340**	**196.702**	**156.916**
Circulante	**4.416**	**4.489**	**74.674**	**132.702**
Não circulante	**10.384**	**3.851**	**122.028**	**24.214**

23.Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a pagar	29	-	97	164
Partes relacionadas (i)	376.823	321.147	6.057	13.979
UTC Engenharia S/A (ii)	-	6.066	-	6.066
Acordos judiciais (iii)	1.161	492	2.016	635
Adiantamento de clientes (iv)	-	-	2.681	2.001
Consorcio	-	-	2.318	4.181
Drake Engenharia (v)	-	-	22.417	-
Superficiários a pagar (vi)	-	-	643	-
Outras	1.831	156	2.770	221
	379.844	**327.861**	**38.999**	**27.247**
Circulante	**202.514**	**182.353**	**12.318**	**7.202**
Não circulante	**177.330**	**145.508**	**26.681**	**20.045**

(i) Valor referente a mútuos financeiros com empresas investidas e acionistas não controladores (Nota n° 17)
(ii) Valor referente a saldo a pagar pela aquisição da Heftos (earn-out).

(iii) Acordos judiciais referentes a fornecedores;
(iv) Refere-se a adiantamentos de clientes recebido principalmente pela ATinfra.
(v) Saldo a pagar para Drake Engenharia, sendo R$ 5.096 por gastos a serem reembolsados, R$ 5.826 referente à parcela fixa e R$ 11.495 referente à parcela variável (earn-out) da compra da Phoenix.
(vi) Saldo a pagar para os superficiários aguardando a autorização da ANP.

A obrigação de pagamento complementar pela aquisição da Heftos (earn-out) é variável e condicionada ao atingimento de metas de faturamento da investida durante os exercícios de 2021 até 2025. A Companhia atualiza periodicamente o saldo dessa obrigação com base no faturamento realizado e estimado para Heftos.

24.Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$ 651.194 divididos em 67.326.343 ações ordinárias e 130.259.128 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 197.585.471 ações. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$ 565.442 divididos em 57.401.341 ações ordinárias e 110.409.124 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 167.810.465 ações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R$ 266.491, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2023 apresentava o valor de R$ 248.322, passou a apresentar o valor de R$ 541.813 em 31 de dezembro de 2024.

25. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera

judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judiciais e administrativas. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2024 está provisionado na Controladora o montante de R$ 17.148 (R$ 2.781 em 31 de dezembro de 2023), e no consolidado R$ 23.696 (R$ 6.416 em 31 de dezembro de 2023), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Causas Trabalhistas	533	533	3.513	3.513
Causas tributárias	323	323	323	323
Causas Cíveis	16.292	1.925	19.860	2.580
	17.148	**2.781**	**23.696**	**6.416**

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2023 e para o exercício de 2024.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Causas Trabalhistas	13.856	-
Causas tributárias	2.213	2.623
Causas Cíveis	4.223	39.889
Administrativas	-	2.308
	20.292	**44.820**

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos.

26. Receita de venda e serviços prestados, líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	184	194	165.118	474.939
	184	**194**	**165.118**	**474.939**
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(28)	(18)	(13.300)	(45.120)
	(28)	**(18)**	**(13.300)**	**(45.120)**
Receita líquida	**156**	**176**	**151.818**	**429.819**

Receita liquida por empresa:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
ATSA	156	176
ATI	141.984	267.721
HEFTOS	7.479	161.922
PHOENIX	2.199	-
TOTAL	**151.818**	**429.819**

27. Gastos por natureza

	Controladora									
	31/12/2024					31/12/2023				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	-	(11.689)	-	-	(11.689)	-	(17.379)	-	-	(17.379)
Honorários dos Administradores	-	(2.953)	-	-	(2.953)	-	(3.041)	-	-	(3.041)
Serviços contratados de terceiros	(31)	(17.047)	-	-	(17.078)	-	(10.540)	-	-	(10.540)
Provisões e despesas com processos judiciais	-	-	(67.710)	-	(67.710)	-	-	848	-	848
Provisao PPLE (coobrigação)	-	-	(34.932)	-	(34.932)	-	-	(22.554)	-	(22.554)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	-	-	-	(38.097)	-	(38.097)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(9.084)	-	(9.084)	-	-	-	-	-
Materiais	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Avaliação valor justo / Desagio	-	-	163	-	163	-	-	-	-	-
Amortização do Intangível	-	-	-	(15.012)	(15.012)	-	-	-	(15.012)	(15.012)
Ganho na transação tributaria	-	-	7.750	-	7.750	-	-	29.536	-	29.536
Ganho redução de passivo	-	-	6.067	-	6.067	-	-	32.103	-	32.103
Outras receitas e despesas	-	(5.068)	2.541	-	(2.527)	-	(5.362)	(9.461)	-	(14.823)
	(32)	**(36.757)**	**(95.205)**	**(15.012)**	**(147.006)**	**-**	**(36.322)**	**(7.625)**	**(15.012)**	**(58.959)**

	31/12/2024					31/12/2023				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	(59.726)	(33.262)	-	-	(92.988)	(227.328)	(47.849)	-	-	(275.177)
Honorários dos Administradores	-	(2.978)	-	-	(2.978)	-	(3.041)	-	-	(3.041)
Serviços contratados de terceiros	(49.618)	(31.882)	-	-	(81.500)	(102.335)	(27.778)	-	-	(130.113)
Provisões e despesas com processos judiciais	-	-	(70.623)	-	(70.623)	-	-	(2.787)	-	(2.787)
Provisao PPLE (coobrigação)	-	-	(34.932)	-	(34.932)	-	-	(22.554)	-	(22.554)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	-	-	-	(38.097)	-	(38.097)
Materiais	(17.643)	-	-	-	(17.643)	(28.713)	-	-	-	(28.713)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(66.033)	-	(66.033)	-	-	1.674	-	1.674
Avaliação valor justo	-	-	4.652	-	4.652	-	-	16.213	-	16.213
Amortização do Intangível	-	-	-	(34.271)	(34.271)	-	-	-	(30.745)	(30.745)
Ganho na transação tributaria	-	-	7.750	-	7.750	-	-	29.536	-	29.536
Ganho redução de passivo	-	-	6.067	-	6.067	-	-	32.103	-	32.103
Outras receitas e despesas	(22.282)	(19.242)	7.969	-	(33.555)	(29.347)	(29.499)	(9.456)	-	(68.302)
	(149.269)	**(87.364)**	**(145.150)**	**(34.271)**	**(416.054)**	**(387.723)**	**(108.166)**	**6.632**	**(30.745)**	**(520.002)**

Em 31 de dezembro 2024, a controladora e suas controladas apuraram perdas líquidas, relacionadas com eventos não recorrentes, registrados no grupo de outras receitas e despesas no montante de R$ 145.150. As principais perdas não recorrentes registradas no resultado consolidado são: perdas com imobilizado R$ 66.033, provisões e despesas com processos judiciais R$ 70.623, inclusão e atualização do saldo de acordos trabalhistas R$ 34.623.

28. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	2.257	-
Descontos obtidos	1	77	2	759
Juros ativos	-	1	14	1
Rendimentos aplicações financeiras	4	13	110	399
	5	**91**	**2.383**	**1.159**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(793)	(482)	(1.242)	(1.670)
Descontos concedidos	(1)	-	(711)	(885)
Pis/Cofins receita financeira	(2)	-	(113)	-
Juros e multas	(41.887)	(8.302)	(83.358)	(37.935)
	(42.683)	**(8.784)**	**(85.424)**	**(40.490)**
Receita / despesa líquida	**(42.678)**	**(8.693)**	**(83.041)**	**(39.331)**

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(294.995)**	**(108.165)**	**(347.277)**	**(129.514)**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**100.298**	**36.776**	**118.074**	**44.035**
Itens de conciliação para determinaçãoda taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(35.859)	(13.834)	-	-
Despesas indedutíveis	(23)	(2)	(45)	(23)
Resultado objeto de Tributação pelo Lucro Presumido, não sujeito a constituição de créditos tributários diferidos	-	-	(531)	-
Imposto de renda e contribuição social aliquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(38.900)	(6)	(39.183)	(6)
Descontos de Transação tributária com PGFN	2.635	10.042	2.635	10.042
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido de período anteriores	-	13.470	-	13.470
Outras (adições) exclusões	353	10.914	(164)	11.191
Imposto de renda e contribuição social apurados	**28.504**	**57.360**	**80.786**	**78.709**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28.504	57.360	80.844	78.709
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exerc.	**28.504**	**57.360**	**80.786**	**78.709**
Alíquota efetiva	10%	53%	23%	61%

A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no

Lucro Real Anual para os exercícios de 2024 e 2023.
Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa - (i)	-	-	97.886	49.684
Prejuízo fiscal e base negativa - Transação Tributária (ii)	41.714	29.160	41.714	29.160
Provisão para contingencias trabalhistas/cíveis/tributarias	19.916	8.261	22.142	9.497
Provisão (PECLD)	12.953	12.953	12.953	12.953
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	5.104	-	5.104	-
Provisão de Impairment (Ativo Imobilizado e Intangível) HEFTOS	-	-	10.684	12.210
Despesas com Arrendamento Mercantil	-	6	65	809
Ativos contabilizados	**79.687**	**50.380**	**190.548**	**114.313**
Passivos				
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	(924)	(5.601)
Diferimento Contas a Receber	-	-	(563)	(494)
Passivos contabilizados	**-**	**-**	**(1.487)**	**(6.095)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	79.687	50.380	189.061	108.218

(i) Créditos tributários das subsidiárias foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração que demonstram a possibilidade de realização total desses valores nos próximos anos, em virtude da geração de lucros tributáveis futuros ou utilização em processo de transação tributária.

(ii) A Companhia atualizou os saldos de imposto de renda diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, os quais pretende utilizar na sua integralidade no processo de transação tributária da sua subsidiária Heftos junto à PGFN.

Estima-se que os ativos fiscais diferidos serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Exercício	Controladora		Consolidado	
2025	29.160	37%	65.787	35%
2026	5.053	6%	12.180	6%
2027 em diante	45.474	57%	112.582	59%
Total	**79.687**	**100%**	**190.548**	**100%**

30. Informação por Segmento

Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Ativo						
Ativo Circulante	263.982	280	176.891	24.828	(339.923)	126.058
Outros Ativos Não Circulantes	10.870	26.341	86.544	355.697	(276.009)	203.443
Investimentos	28.000	-	-	661.932	(661.932)	28.000
Imobilizado e Intangível	3.243	165.641	128.418	33.430	-	330.732
Total do ativo	**306.095**	**192.262**	**391.853**	**1.075.887**	**(1.277.864)**	**688.233**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Passivo						
Passivo circulante	117.024	9.518	94.836	432.404	(339.926)	313.856
Passivo não circulante	24.535	28.110	125.355	336.008	(276.012)	237.996
Patrimônio Líquido	185.273	193.289	217.259	620.045	(812.994)	402.872
Total do passivo	**326.832**	**230.917**	**437.450**	**1.388.457**	**(1.428.932)**	**954.724**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Receita	141.986	2.198	7.478	156	-	151.818
Custo	(139.079)	(1.486)	(8.672)	(32)	-	(149.269)
Despesas gerais e administrativas	(15.184)	(3.496)	(31.900)	(33.803)	(3)	(84.386)
Amortização do intangível	-	(3.528)	(15.731)	(15.012)	-	(34.271)
Honorarios dos Administradores	-	(26)	-	(2.953)	1	(2.978)
Outras receitas e (despesas) operaciona	(5.709)	(50.838)	6.597	(95.205)	5	(145.150)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(151.064)	151.064	-
Resultado financeiro	(12.631)	(392)	(26.858)	(43.160)	-	(83.041)
Imposto de renda e contribuição social	9.880	18.913	23.489	28.503	1	80.786
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(20.737)**	**(38.655)**	**(45.597)**	**(312.570)**	**151.068**	**(266.491)**

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Ativo						
Ativo Circulante	236.155	72	214.917	24.911	(319.419)	156.636
Outros Ativos Não Circulantes	3.881	380	55.628	247.640	(190.937)	116.592
Investimentos	69.410	-	-	630.493	(630.493)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.972	185.381	143.325	51.161	-	381.839
Total do ativo	**311.418**	**185.833**	**413.870**	**954.205**	**(1.140.849)**	**724.477**

B) Passivos por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Passivo						
Passivo circulante	101.000	21	174.070	224.630	- 181.706	318.015
Passivo não circulante	26.632	185.806	13.943	183.816	(320.855)	89.342
Patrimônio Líquido	181.237	100	268.813	613.031	(695.256)	367.925
Total do passivo	**308.869**	**185.927**	**456.826**	**1.021.477**	**(1.197.817)**	**775.282**

C) Resultado por Segmento

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Receita	267.721	-	161.922	176	-	429.819
Custo	(237.888)	(2)	(149.833)	-	-	(387.723)
Despesas gerais e administrativas	(28.886)	(92)	(42.863)	(33.285)	-	(105.126)
Amortização do intangível	-	-	(15.733)	(15.012)	-	(30.745)
Honorarios dos Administradores	-	-	-	(3.041)	-	(3.041)
Outras receitas e (despesas) operacional	12.307	-	1.951	(7.625)	1	6.632
Equivalência patrimonial	-	-	-	(56.967)	56.967	-
Resultado financeiro	(9.925)	-	(20.529)	(8.878)	-	(39.331)
Imposto de renda e contribuição social	(780)	-	22.129	57.360	-	78.709
Lucro / prejuízo líquido do exercício	**2.549**	**(94)**	**(42.956)**	**(67.272)**	**56.968**	**(50.805)**

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33. Outras informações

33.1 Incorporação de Subsidiária

Em 29 de agosto de 2023, foi incorporada a Azevedo e Travassos Petróleo S.A. (“ATP”), subsidiária integral para exploração de petróleo e gás no Brasil e no exterior.

33.2 Integralização de Capital da Azevedo e Petróleo S/A. (ATP)

Em 10 de abril de 2024, conforme AGE, foi aprovado aumento do capital social da ATP, passando dos atuais R$ 100.000,00 para R$ 122.657.598,00,

33.3 Homologação Aumento de Capital em 10 de junho de 2024

Conforme divulgado em Fato Relevante de 10 de junho de 2024, o Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. homologou aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 30.576,96. Tendo em vista a homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R$ 565.441.612,21 para R$ 565.472.189,17.

33.4 Aquisição da Phoenix Óleo e Gás Ltda

Conforme divulgado em Fato Relevante de 17 de junho de 2024, a subsidiária integral da Companhia, Azevedo & Travassos Petróleo S/A, assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas da empresa Phoenix Óleo e Gás Ltda. O preço de aquisição foi de R$ 137.300.000,00, sendo R$ 7.500.000,00 pagos em moeda corrente nacional, em parcelas mensais e semestrais, até 31 de dezembro de 2026 e R$ 129.800.000,00 através de Permuta Imobiliária dos ativos não operacionais da ATP, transferidos à Parte Vendedora, nesta data, com todos os direitos e obrigações relacionados aos mesmos.

33.5 Homologação Aumento de Capital em 21 de junho de 2024

Conforme divulgado em Fato Relevante de 21 de junho de 2024, em Reunião de Conselho de Administração, foi homologado aumento de capital social da Companhia, no valor de total de R$ 55.716.474,00, Tendo em vista a homologação

do Aumento de Capital, o Capital Social da Companhia passará de R$ 565.472.189,17 para R$ 621.188.663,17.

33.6 Homologação de Aumento de Capital Social

Conforme Fato Relevante de 05 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. homologou aumento de capital social da Companhia, no valor de total de R$ 1.409,10, sendo R$ 441,42 referentes ao exercício do bônus de subscrição AZEV11 e R$ 967,68 referentes ao exercício do bônus de subscrição AZEV12. Tendo em vista a homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R$ 621.188.663,17 para R$ 621.190.072,27.

33.7 Homologação de Aumento de Capital Social

Conforme Fato Relevante de 24 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social da Companhia, no valor de total de R$ 30.003.933,09 referentes ao exercício do bônus de subscrição AZEV11 e AZEV12. Tendo em vista a homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R$ 621.190.072,27 para R$ 651.194.005,36.

33.8 Aquisição A&T Engenharia e Manutenção S.A.

Conforme fato Relevante de 25 de setembro de 2024 – A AZEVEDO & TRAVASSOS SA, adquiriu a A&T Engenharia e Manutenção S.A. (CNPJ nº 52.017.473/0001-03), companhia aberta registrada na categoria “B” perante a CVM (“A&T”), pelo valor simbólico de R$ 1.000,00 (mil reais). A aquisição da A&T consiste em etapa preparatória à segregação dos ativos da Companhia relativos ao setor de pesquisa, extração e produção de óleo e gás, a ser oportunamente implementada por meio da cisão parcial da ATSA no contexto da combinação dos negócios da Companhia, MKS Soluções Integradas S.A. e Congem Investimentos S.A.

33.9 Aprovação da Combinação de Negócios-AGE 18/10/2024

Conforme Fato Relevante de 18/10/24 foi aprovada, (i) nas AGEs da ATSA e da A&T Energia, a cisão parcial da ATSA com versão da parcela cindida, correspondente a 100% das ações de emissão da A&T Energia, para a própria A&T Energia, tendo como resultado a segregação da participação da ATSA na A&T Energia e atribuição das ações de emissão da A&T Energia diretamente à base acionária da ATSA e (ii) na AGE da ATSA, a incorporação pela ATSA da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A.(MKS) e da Congem Investimentos S.A. (“Congem”), que serão transformadas em subsidiárias integrais

da ATSA mediante a atribuição de ações ON e PN de emissão da ATSA aos acionistas da MKS e da Congem. Farão jus às ações de emissão da A&T Energia os titulares de ações da ATSA na data a ser oportunamente informada via Aviso aos Acionistas (“Data de Consumação da Cisão”). A data da divulgação de tal Aviso aos Acionistas dependerá do status e expectativa da obtenção, pela A&T Energia, da aprovação de seu pedido de conversão de registro de companhia aberta para a categoria “A” perante a CVM e admissão da negociação de suas ações no segmento tradicional de listagem da B3;

34. Eventos Subsequentes

34.1 Obtenção do Registro de Companhia Aberta na categoria “A” pela Azevedo & Travassos Energia S.A.

Conforme fato Relevante de 16/01/2025, Azevedo & Travassos Energia S.A. recebeu Ofício nº 14/2025/CVM/SEP/GEA-1, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deferindo o pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia de categoria “B” para categoria “A”.

34.2 Azevedo & Travassos Energia S.A: Cisão e Início das Negociações

Conforme Fato Relevante de 31/01/2025, em razão da aprovação pela B3 S.A. da listagem e admissão à negociação no segmento básico da B3 das ações de emissão da AZTE por meio do Ofício B3 66/2025-DIE de 28 de janeiro de 2025, foram concluídas as etapas preparatórias e obtidas todas as autorizações necessárias para a implementação da (i) cisão parcial da AZEV, com incorporação da respectiva parcela cindida pela AZTE (“Cisão Parcial”), bem como da subsequente (ii) incorporação, pela AZEV, da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A. (“MKS”) e Congem Investimentos S.A. (“Congem”). A eficácia da Cisão Parcial se deu no dia 13 de fevereiro de 2025 e, como consequência, o capital social da AZEV foi reduzido em R$193.219.201,11, passando de R$651.194.005,36 para R$457.974.804,25, mantendo-se inalterado o número de ações. A Cisão Parcial resultou na transferência à AZTE de ativos vinculados ao segmento de energia e exploração e produção de petróleo, permitindo a concentração de atividades em uma estrutura única e especializada.

34.3 Azevedo & Travassos S.A: Incorporação de ações

Conforme o mesmo Fato Relevante de 31/01/2025, a eficácia da Incorporação, pela AZEV, da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A. e da Congem Investimentos S.A.se deu no dia 14 de fevereiro de 2025 e, como consequência, o capital social da AZEV foi aumentado em R$ 751.000.000,00, passando de R$ 457.974.804,25 para R$ 1.208.974.804,25.

34.4 Concessão Rota Verde – Assinatura do Contrato

Conforme Fato Relevante de 31 de março de 2025 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., assinou o contrato de concessão referente ao lote rodoviário Rota Verde (CN1) com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O contrato, celebrado no âmbito do leilão CN1- Rota Verde, contempla um prazo de concessão de 30 anos e prevê investimentos significativos em infraestrutura, totalizando um CAPEX estimado de R$ 4,0 bilhões, alocados em ampliação de capacidade, manutenção e melhorias operacionais ao longo de 426 km de rodovias, compreendendo trechos da BR-060 e BR-452 no estado de Goiás. O valor total da concessão é estimado em R$ 10 bilhões ao longo do período contratual.



Azevedo & Travassos

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: investidores@azevedotravassos.com.br